



## MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 24/2016

*Da reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Alcútem*

*Realizada em 14 de dezembro de 2016*

----- Aos catorze dias do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Alcútem, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DA FALTA:** -----

----- A Câmara considerou justificada a falta do sr. vereador José Pereira, nos termos da alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -

----- Verificando-se a presença da maioria dos membros da Câmara, o Senhor presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente usou da palavra para tecer as seguintes considerações: -----

- Que o Município de Alcútem foi distinguido pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis (OAFR), como “ Autarquia +

*Familiarmente Responsável*", o que constitui um reconhecimento do trabalho efetuado em prol dos alcoutenejos; -----

- Que regozija-se com nomeação do Doutor António Guterres como Secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU); -----

- Que o jantar de Natal, dos colaboradores da Autarquia, em 09 de dezembro, possibilitou um convívio entre os elementos dos vários serviços, promovendo e reforçando laços entre todos os presentes, tendo como "*ponto alto*" a entrega das prendas às crianças. Endereçou ainda uma palavra de apreço a todos os intervenientes; -----

- Que as candidaturas, no que concerne aos Grupos Operacionais (cinegética/floresta), já se encontram submetidas, aguardando a sua aprovação. Informou ainda que já foi firmado o Contrato de Consórcio, com os vários parceiros; -----

- Que a aprovação dos Acordos de Cooperação para o Lar de Martim Longo, contemplam o limite máximo que a Segurança Social protocola com as Instituições Particulares de Solidariedade Social em casos similares e que corresponde a 80 % das vagas, "*o que veio trazer mais justiça social, no acesso aos serviços e cuidados que irão ser prestados na referida instituição*"; -----  
Findou propondo ao executivo, a não realização da segunda reunião de dezembro (28 de dezembro), devido à época Natalícia, proposta que foi aceite, por unanimidade. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup> Dalila Barros interveio para solicitar esclarecimentos sobre a aquisição de bens e serviços, no que concerne à aquisição de duas viaturas ligeiras, nomeadamente para que serviços são dirigidas e qual as empresas contratadas para o efeito. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer que as viaturas adquiridas são para complemento da frota existente, bem como para melhorar a eficácia do transporte escolar. Informou ainda que a empresa contratada foi a Melvar – Automóveis e Peças, SA, com sede em Lisboa. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros usou da palavra para alertar para o facto das instalações da cozinha, do Lar de Martim Longo ainda não se encontrarem concluídas. Findou desejando a todos "*um Bom Natal e Boas Entradas*". -----

----- O presidente da Câmara deu as boas vindas à funcionária Ana Rosa, desejando à mesma e restantes colegas, que iniciaram funções a 01 de dezembro, "*muitas felicidades e um excelente trabalho*". -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º235) respeitante ao dia 13 de dezembro, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.610.866,97; -----

----- Operações Orçamentais - € 1.362.266,77; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 241.188,05. -----

----- **APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES:** O sr. presidente pôs à discussão a: -----

----- **Ata n.º 20/2016**, da reunião pública ordinária, realizada no dia 31 de outubro de 2016, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata. -----

----- **Ata n.º 23/2016**, da reunião pública ordinária, realizada no dia 23 de novembro de 2016, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO A FAMÍLIA CARENCIADA/REQUERENTE: PAULA MARIA GONÇALVES BARÃO – PROCESSO N.º 15/2016:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013,

de 12 de setembro, atribuir uma comparticipação financeira no montante de € 158,72 à D. Paula Maria Gonçalves Barão, para fazer face com as despesas de eletricidade. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO A FAMÍLIA CARENCIADA/REQUERENTE: CELINA TEIXEIRA FERNANDES AFONSO – PROCESSO N.º 16/2016:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribuir uma comparticipação financeira no montante de € 250,00 à D. Celina Teixeira Fernandes Afonso, para fazer face com a aquisição de óculos do filho. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **AUTORIDADE DE TRANSPORTES INTERMUNICIPAIS – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar conforme artigo 105.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a transferência do valor € 12.362,00 – doze mil trezentos e sessenta e dois euros), definido na Portaria 434/2016, de 18 de novembro, para a AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve para assumir as competências delegadas de autoridade de transporte de passageiros prevista na Lei n.º 52/2015, de 09 de junho na sua redação atual. -----

----- A vereadora Dr.ª. Dalila Barros interveio para questionar qual a razão dos municípios de Alcoutim, Silves e Monchique despenderem de um valor mais elevado, tendo o Chefe de Divisão, Dr. José Pires esclarecido que os valores apresentados encontram regulamentados no artigo 3.º da Portaria n.º 434/2016, de 18 de novembro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS – APROVAÇÃO PARA O ANO DE 2017:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: ----

1. Ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, manter, para o ano de 2017, os valores do tarifário dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos vigentes em 2016; -----

2. Converter os valores das tarifas de disponibilidade de euros por mês para euros por cada 30 dias e das tarifas variáveis de m<sup>3</sup> de água por mês para m<sup>3</sup> de água por cada 30 dias. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **CENTRO DE APOIO AOS TRABALHADORES DA CMA – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribuir uma participação financeira até € 18.250,00 (dezoito mil, duzentos e cinquenta euros), ao Centro de Apoio aos Trabalhadores da Câmara Municipal de Alcoutim, para fazer face às despesas com a aquisição de prendas de Natal para os filhos dos funcionários e respetivo jantar. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

R

----- **ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALCOUTIM - COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA, NO ÂMBITO DO CALENDÁRIO SOLIDÁRIO 2017:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribuir uma comparticipação financeira, no montante de € 750,00 (setecentos e cinquenta euros), à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoutim, para fazer face às despesas com a elaboração do Calendário Solidário 2017. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- A vereadora Drª Dalila Barros não participou na discussão e votação deste ponto, por se considerar impedida e parte interessada, nos termos do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e artigos 69.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo. -----

----- **GRUPO DESPORTIVO DE ALCOUTIM - COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do sr. vereador do pelouro, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a comparticipação financeira de € 2.000,00 (dois mil euros), ao Grupo Desportivo de Alcoutim, para fazer face às despesas não previstas no orçamento e relacionadas com a adequação do transporte de crianças às normas de segurança em vigor. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO A FAMÍLIA CARENCIADA/REQUERENTE: MINA FLORENTINA LEPADATU – PROCESSO N.º 17/2016:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo

6 

R

parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribuir uma comparticipação financeira no montante de € 423,80 (quatrocentos e vinte e três euros e oitenta centimos) à D. Mina Florentina Lepadatu, para fazer face às despesas com o pagamento do serviço de ambulância ( € 223,80), alimentação/vestuário e calçado ( € 200,00). -----  
----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE: PROCESSO N.º 251/2016 – RUI MANUEL ROCHA HORTA:** Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar emitir parecer favorável para os efeitos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95, de 14 de setembro e pela Lei 64/2003, de 23 de agosto, de forma a ser possível a constituição em regime de compropriedade, prédio rústico com matriz n.º 179 e secção n.º 078, no sítio do Ferragial de Balurco de Cima, em nome de 1/3 Maria Lisete de Sousa Silva, 1/3 Rui André Silva Rodrigues e 1/3 João António Silva Rodrigues, que se pretende em regime de duas partes, nas proporções de ½ em nome de Catharia Afra Maria Heine e ½ em nome de Baltus Eberdinus Van Doeland, e que se destina segundo informação prestada pelo requerente para fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão, devendo o licenciamento da construção dar sempre cumprimento ao RJUE e PDM. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta, nomeadamente emitir Parecer Favorável, face à declaração do requerente e à informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística – Serviços de Obras Particulares e Loteamentos Urbanos que o documenta. -----

----- **ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO ALGARVE – FUNCIONAMENTO DA UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE:** Foi

7



presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo do disposto na alínea bbb) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Acordo de Colaboração com a Administração Regional de Saúde do Algarve. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para informar que a alteração proposta surgiu por parte da Administração Regional de Saúde (ARS) do Algarve, cujo objetivo *“é alargar”* o serviço prestado na Unidade Móvel de Saúde (UMS), nomeadamente *“retirar a área piloto (Martim Longo/Vaqueiros) e passar para todo o concelho”*. De seguida elaborou uma pequena resenha sobre a falta de médicos em Alcoutim, e sobre a contratação da médica, que iniciou funções desde o princípio de dezembro. -----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros interveio para questionar onde laborará a técnica de saúde (médica) contratada, tendo o presidente de Câmara explicado que a mesma fará o atendimento em Martim Longo (utentes de Martim Longo e Vaqueiros), e o Dr. José Tavares em Alcoutim (utentes de Alcoutim, Pereiro, Giões) e Cachopo (duas manhãs). De seguida referiu que *“não se encontra satisfeito”* com a solução encontrada, dado que não podemos/devemos colocar *“ao mesmo nível, um território como Alcoutim com uma zona urbana”*, no que respeita ao número de utentes por cada médico, e como tal considera que deverá existir uma sensibilização junto das entidades regionais *“para que haja um olhar mais atento sobre a situação, e continuar a lutar/trabalhar para que se melhore este serviço”*.-----

A vereadora continuou a sua intervenção referindo que não se encontra esclarecida, e como tal questiona se a atual médica que presta serviço em Martim Longo e Cachopo deixará de existir? E se a extensão de Vaqueiros reabrirá, com a contratação da nova médica? -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para frisar que a atual técnica de saúde laborará até ao final do mês de dezembro, e que no momento, ainda não temos a garantia da reabertura da extensão de Vaqueiros, tendo a vereadora questionado *“como é que podemos afirmar que a médica vai para Vaqueiros?”*. O presidente esclareceu de seguida que os utentes da freguesia de Vaqueiros transitaram para o posto de atendimento de Martim Longo, aquando o

R

encerramento da referida extensão de saúde.-----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para mencionar que *“não é contra”* a UMS, *“tanto que a mesma foi criada pelo anterior executivo, não é isso que está em causa”*, mas sim o facto de o médico/enfermeiro terem sido retirados pela Autarquia do Centro de Saúde para a UMS, e apenas laborem na parte da manhã no referido Centro, o que implica a deslocação da população, caso exista necessidade, a Vila Real de Santo António. Continuou referindo que é da opinião que a posição do presidente deveria ter passado pela contratação de técnicos de saúde (médico/enfermeiro) para UMS *“e nunca ter contratualizado este Acordo com ARS, de forma a retirar os referidos técnicos, dado que a população fica prejudicada”*. Findou referindo que a UMS tem horários e locais pré-definidos, e como tal os técnicos *“tem que ir obrigatoriamente para esses locais, deixando Alcoutim sem ninguém”*. -----

----- O presidente da Câmara interveio para frisar *“que cada um tem as suas visões”*, tendo a vereadora usado da palavra para mencionar que o assunto em discussão *“nada tem a ver com visões, mas sim com realidades”*, uma vez que o que está em causa é o apoio à população, dado que na parte da tarde não existem técnicos de saúde no Centro de Saúde. Findou questionando o presidente se existe médico/enfermeiro no Centro de Saúde de Alcoutim na parte da tarde? O presidente interveio para esclarecer que atendimento em Alcoutim, Martim Longo e Vaqueiros é feito através dos acordos com ARS, e que *“domicílios na UMS é qualquer coisa que está no horizonte da ARS, como sendo uma boa prática no atendimento”*. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para referir que o presidente não lhe respondeu à questão anteriormente colocada, e como tal questiona novamente, se existe ou não médico/enfermeiro, na parte da tarde, tendo o presidente esclarecido que os horários dos referidos técnicos estão estabelecidos. A vereadora interveio para referir que *“não tem nada a ver com isso”*, e que os horários estão estabelecidos *“porque os técnicos vão para a UMS e fazem duplicação de trabalhos (ARS e UMS)”*. Findou referindo que o presidente continua a não responder à questão apontada anteriormente. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para questionar se as horas de atendimento no Centro de Saúde de Alcoutim são cumpridas, tendo a vereadora

esclarecido que não, dado que, no período das 14.00/16.00 H os mesmos encontram-se a laborar na UMS, como tal considera uma situação incorreta, que *“nada tem a ver com a UMS, mas sim com a retirada dos dois técnicos”*. -----

----- O presidente da Câmara interveio para realçar o serviço de proximidade que vai ser permitido *“através deste Acordo”* com a ARS, tendo a vereadora usado da palavra para frisar que *“não quero saber do Acordo”*, apenas constatar a situação existente, nomeadamente a inexistência de técnicos de saúde, na parte da tarde, no Centro de Saúde de Alcouthim. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcouthim, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 14 de dezembro de 2016, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para endereçar votos de um *“Bom Natal e um Bom Ano Novo”*. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente, foi encerrada a reunião, pelas onze horas e trinta e seis minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcouthim que a redigi, e mandei lavrar. -----

O presidente

O Secretário